

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração
Pública e de Empresas
Brasil

Chaves Flores, Elio

O conceito de "comunidade humana universal" na obra de Guerreiro Ramos

Cadernos EBAPE.BR, vol. 13, septiembre, 2015, pp. 573-592

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323241079005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O conceito de “comunidade humana universal” na obra de Guerreiro Ramos

The concept of “universal human community” in Guerreiro Ramos’ work

Elio Chaves Flores¹

Universidade Federal da Paraíba / Departamento de História, Programas de Pós-Graduação em História e Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, João Pessoa – PB, Brasil

O mundo industrial em que vivemos também começou como uma possibilidade objetiva. Foi modelado no decorrer de todo um processo acumulativo de inovação institucional, deliberadamente empreendido por muitos indivíduos. Podemos estar agora num similar estágio incipiente de institucionalização, de que pode emergir uma alternativa para a sociedade centrada no mercado – a sociedade multicêntrica, ou reticular. (RAMOS, [1981], 1989, p. 191).

Resumo

Este ensaio procura compreender, por meio da reflexão da “cultura histórica” de Alberto Guerreiro Ramos, o conceito de “comunidade humana universal”. O objetivo é contribuir para a cultura dos direitos humanos, especialmente quando se trata de pensar a gestão pública como forma de alavancar a democracia substantiva e a governança republicana. Portanto, para uma reflexão sobre o “conceito de comunidade humana universal”, percebe-se a necessidade de abordar a questão por meio de três dimensões comparativas que, em nosso modo de ver, atravessam a obra sociológica de Guerreiro Ramos: a nacionalidade e o humano universal; a gestão do humano e o mundo do trabalho; e, não menos importante, a ciência social e a vida humana associada.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Cultura Histórica. Teoria Social.

Abstract

This essay seeks to grasp, by thinking through Alberto Guerreiro Ramos’ “historical culture”, the concept of “universal human community”. It aims to contribute to the culture of human rights, especially when it comes to thinking of public management as a way to leverage substantive democracy and republican governance. Therefore, for a reflection on the “concept of universal human community”, we realize the need to address the issue from three comparative dimensions that, according to our viewpoint, go through Guerreiro Ramos’ sociological work: nationality and universal human; human management and working world; and, not least important, social science and associated human life.

Keywords: Guerreiro Ramos. Historical Culture. Social Theory.

Artigo submetido em 26 de janeiro de 2015 e aceito para publicação em 02 de julho de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152425>

¹ Professor do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba; Pesquisador do CNPq com o projeto “Do lado de cá e do lado de lá: culturas históricas, intelectuais antirracistas e narrativas do colonialismo no Atlântico negro (1950-1988)”. Endereço: UFPB/CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus Universitário, Conjunto Humanístico - Bloco V – Castelo Branco, CEP 58051-970, João Pessoa – PB, Brasil. E-mail: eliochavesflores@gmail.com

Introdução

O Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 4, de 14 de abril de 1964, assinado um dia antes pelos comandantes militares General Arthur da Costa e Silva, Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald suspendeu os direitos políticos por dez anos de 62 cidadãos brasileiros. Até o 36.º todos são cidadãos pertencentes às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), depois a lista prossegue com os cidadãos civis; no 53.º surge o nome do Deputado Federal Alberto Guerreiro Ramos, um dos “teóricos” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – na legislatura 1963-1967, foi o partido que sofreu mais da metade das cassações. A democracia foi tomada de assalto, o parlamento foi mutilado e Guerreiro Ramos teve sua cidadania cassada.²

Logo em seguida viria o exílio para Guerreiro Ramos e, com ele, o difícil aprendizado de uma nova cidadania com a vida acadêmica nos Estados Unidos durante quase duas décadas. Alguns meses antes do seu falecimento, em entrevista para as pesquisadoras Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira, em 1981 e, portanto, no ocaso do regime político da ditadura militar, Guerreiro Ramos faria observações agudas sobre o fator racial do golpe, não sem uma articulada dose de ironia:

Quando fui cassado, a minha ficha na comissão de inquérito do Conselho de Segurança começava assim: *Alberto Guerreiro Ramos: mulato, metido a sociólogo*. Palavra de honra: *metido a sociólogo*. É a minha ficha no Exército. Eu aí olhei para o coronel e disse: *Cadê a ficha do Dr. Afonso Arinos?* Ele me deu a ficha do Afonso Arinos, e eu disse: *Mas seu coronel, não tem a cor do Afonso Arinos! Por que é que na ficha que o Exército brasileiro fez de mim tem a minha cor?* E depois tem esse negócio: *metido a sociólogo*. Eu não sou metido a sociólogo. Eu sou um dos maiores sociólogos do mundo. (RAMOS, 1995, p. 162).

Parece ser lícito observar que as cúpulas militares tinham pouco apreço pelas ciências humanas, especialmente as ciências sociais, e desconheciam o vigor intelectual de Guerreiro Ramos, que, desde a década de 1940, se afirmara no campo sociológico como um pensador original, incluindo-se aí as questões raciais no Brasil em textos seminais nos quais afirmava que o “precário fastígio da brancura” seria “uma lesão comunitária que passou à categoria de normalidade” (RAMOS, 1995, p. 243). Não por acaso, os administradores de quartéis, fardas e coturnos não estavam aptos a ler “O problema do negro na sociologia brasileira”, “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” e “O negro desde dentro” (1995, p. 163-248).³ Menos ainda um dos primeiros textos no Brasil sobre “A Sociologia de Max Weber” (2006), quando Guerreiro Ramos transborda de satisfação ao apresentar para os leitores brasileiros a edição mexicana de *Economia e Sociedade*. Afigura-se como grande ironia a percepção de Guerreiro Ramos sobre a sociologia weberiana se a mesma observação fosse deslocada para 1964: “Nela se espelha a consciência do drama de uma época em que os objetivos da sociedade e aqueles da personalidade particular de cada homem parecem contraditórios, época, portanto, eticamente descaracterizada, de onde está banida, por ser desnecessária e inconsequente, a eloquência do heroísmo humano” (RAMOS, 2006, p. 268).

Portanto, para uma apresentação sobre o “conceito de comunidade humana universal” em Guerreiro Ramos, tema escolhido para essa reflexão, sem o risco de cair na “eloquência do heroísmo humano”, percebo ser

² Essa seria a memória do assalto à democracia e à cidadania com os primeiros atos discricionários: “Foram identificados 172 nomes de deputados que perderam os mandatos por efeito de atos inequivocamente autoritários, pois baseados na prerrogativa que a cúpula da ditadura concedeu a si mesma, nos diplomas normativos conhecidos como atos institucionais, de suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos por decretos imunes a controle político, administrativo ou judicial” (AZEVEDO e RABAT, 2012, p. 19-96). O ato originário da cassação de Guerreiro Ramos consta no Diário Oficial da União de 14/04/1964.

³ “O problema do negro na sociologia brasileira” compõe o Capítulo X da Segunda Parte, denominada “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo” (publicada como parte autônoma em edição de 1954); “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” e “O negro desde dentro”, juntamente com “Política de relações de raça no Brasil”, formam a Terceira Parte com o substantivo título “Documentos de uma Sociologia Militante” que compõem as edições de 1957 e 1995.

necessário abordar a questão por meio de três dimensões que atravessam a sua obra sociológica: a) a nacionalidade e o humano universal; b) a gestão do humano e o mundo do trabalho; e, c) a ciência social e a vida humana associada. Uma síntese que foi muito bem estruturada pelo professor Robert Biller (Vice-Reitor da Universidade do Sul da Califórnia) no prefácio à última obra de Guerreiro Ramos, publicada no Canadá, Estados Unidos e Brasil, no início da década de 1980: “homem de ação”, “gênio da vida”, “cidadão do mundo” e, ao mesmo tempo, “um cidadão muito especial daqueles países aos quais tanto deu de si – Brasil e Estados Unidos” (RAMOS, 1989, p. XIX-XX).⁴

Para tentar realizar essa empreitada analítica, alerto o leitor que, em virtude da variada e complexa obra de Guerreiro Ramos – permeada por uma grande quantidade de artigos em jornais, ensaios em revistas especializadas, muitos livros e várias entrevistas, cujo *corpus* documental impressiona qualquer pesquisador –, utilizei um recorte histórico entre 1946 e 1981, com alguns saltos temporais, cuja primeira data é marcada pela publicação de ensaio seminal e pioneiro sobre a obra *Economia e Sociedade*, de Max Weber (RAMOS, [1946], 2006) e culmina com a feitura de uma obra cuja ousadia é, nada menos, do que “reconceituar a riqueza das nações” (RAMOS, [1981], 1989).⁵

A Nacionalidade e o Humano Universal

Dizer que Guerreiro Ramos foi um dos “teóricos” do nacionalismo é apenas percorrer os grandes debates sociológicos e políticos da década de 1950. Também não passam despercebidos de sua trajetória os fatores da cultura no seu empreendimento sociológico. Num artigo sobre “administração e política à luz da sociologia” (1946) é possível perceber Guerreiro Ramos preocupado com a “neutralidade moral” do agente público e disposto a trabalhar com a sociologia do conhecimento para compreender as condutas humanas. “Há sempre um resíduo ideológico da conduta burocrática”, dirá. Mas logo enceta a condição situacional que pode ser apreendida pelo cientista: “Graças à sociologia do conhecimento sabe-se, hoje, que toda modalidade de conduta é situacionalmente configurada” (RAMOS, 2012, p. 104). Nesse artigo, Guerreiro Ramos propõe um programa de estudos sociológicos humanista para o servidor que ainda não tem cores nacionais. Entretanto, ao elencar conteúdos da formação humanística, Guerreiro Ramos sugere as grandes categorias de sociabilidade e, sabemos, uma delas é a nacionalidade: estudo da socialização, teoria sociológica das transformações da sociedade (não exatamente o histórico e particular, mas “as grandes categorias ou formas de sociabilidade”). Assim o estudante que pretende se formar como “burocrata honesto” se “habituará a distinguir, em sua época, o que é vivo do que é morto ou parece viver”. Um terceiro momento seria o estudo sociológico da civilização ocidental “à luz do método tipológico de Max Weber e da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim”. Por fim, o “estudo sociológico da crise” cujos aspectos que podemos destacar são “a sociologia da demora cultural”, o “processo civilizatório” e a “emergência da sociedade mundial” (2012, p. 106).

Na sua tese apresentada em 1949 ao concurso para provimentos em cargos da carreira de Técnico de Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Guerreiro Ramos se propõe a realizar uma “sociologia histórica” sobre o advento da “organização racional do trabalho”. O autor demonstra uma “cultura histórica” ao apresentar o problema por meio da “longa duração”, desde as sociedades primitivas até o capitalismo administrado do “sistema Ford” da primeira metade do século XX. A questão era, na verdade, apreender “os sistemas de racionalização” uma vez que eles são

⁴ Duas publicações coletivas são de fundamental importância para uma visão geral do percurso intelectual de Guerreiro Ramos, às quais recorro com frequência: Revista de Administração Pública (1983); Tenório e Pinho (2010).

⁵ Para a fase do Guerreiro Ramos “daspiano” (1943-1951), fundamental para se compreender os pontos cardinais de sua sociologia, ver Tenório (2010, p. 29-46). Como extensão desse “momento daspiano” chegando à “teoria das organizações”, ver, também, Pizza Junior (2010, p. 201-208).

“consequência lógica de uma radical transformação da atitude do espírito humano em face da natureza e da sociedade” (RAMOS, 2008, p. 43).

Baseado em Max Weber, Guerreiro Ramos vai afirmar que a racionalização seria mais uma evolução do Estado do que propriamente uma tecnologia. Temos então a burocracia que surge “naqueles tipos de Estado em que, sob a influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular” (RAMOS, 2008, p. 86). Aqui aparecem elementos da nacionalidade em que o dado diacrônico seriam as formas antagônicas de gerir o Estado (nacional ou imperial): administração patrimonial (os cargos públicos são distribuídos como dádivas ou prebendas; espoliação pela tradição; os favoritos de toda espécie) e administração racional ou burocrática (princípio de competência ou alçada; sistema de tramitação; desenvolvimento da técnica do documento e do arquivo; protocolos arquivísticos; o cargo público torna-se profissão) de características modernas (2008, p. 86-88). O humano universal é preponderante na tese de que a administração racional é processo de “longa duração”, não aparece em “estado puro” e ao que se assiste, no século XX, “são formas híbridas de administração pública” (2008, p. 90) nos contextos das nacionalidades cênicas e periféricas. Não custa mencionar que a tese – praxiológica, pois derivada de concurso público – foi pensada na conjuntura da formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e quando Guerreiro Ramos pensa desafiadoramente a secularização e a “atitude laica do espírito humano”. Parece evidente que o nacionalismo do Estado Novo (1937-1945) não o havia sensibilizado. Entendo que, como hipótese inicial a ser testada, pode-se considerar que Guerreiro Ramos pensa primeiramente o “humano universal” e a nacionalidade *a posteriori*, embora tenha sido enquadrado na condição de ideólogo do nacionalismo isebiano em uma das várias faces e fases de sua complexa teoria social.

Mas isso não é tudo.

Creio ser preciso voltar aos artigos publicados de julho a outubro de 1953 que geraram o livro *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo* (1954) em resposta aos eventos sociológicos ocorridos durante o II Congresso Latino-Americano de Sociologia e republicados na edição definitiva, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957). Há rastros e evidências de que foi para esse congresso, como presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, que Guerreiro Ramos elabora um sintético e sofisticado programa de recomendações para pesquisas alicerçadas na teoria social. Os dois primeiros tópicos do documento são oportunos para o nosso debate: o autor admite, no primeiro, que as prováveis soluções para os problemas sociais dos países da América Latina teriam que considerar “as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais” desaconselhando-se a “transplantação literal” de políticas de “países desenvolvidos”; no segundo, o autor pensa o ensino de sociologia no sentido da “emancipação cultural” dos estudantes por meio de instrumentos intelectuais que os possibilitem interpretar, “de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam” (RAMOS, 1995, p. 105-106. A partir desses eventos, Guerreiro Ramos começa a contrastar duas formações sociológicas que seriam emblemáticas no título do primeiro ensaio, “Sociologia Enlatada *versus* Sociologia Dinâmica” (1995, p. 105-110). Ao associar cultura histórica e acontecimentos políticos, o autor defende a “sociologia como instrumento de autodeterminação”, tal qual exposto no preâmbulo do texto apresentado no congresso dos sociólogos. Pode-se exemplificar por meio de sua posição “historiográfica” sobre o acontecimento fundacional e a invenção de uma nação, o Brasil de 1822:

Em 1822, quando o Brasil se declara independente de Portugal, o povo brasileiro era menos uma efetiva realidade histórica do que uma ficção cômoda. O povo brasileiro é ainda hoje [1953-1957] uma entidade histórica *in statu nascendi*.

[...]

1822 é a data da independência de um território e não de uma nação. Aqui a ideia de nação precedeu ao fato de nação mesma, entendida esta como vivência de uma comunidade de estilo de vida histórica.

[...]

O ano de 1822 inaugura a fase em que às gerações de brasileiros deveria caber o mister ciclópico de criar instituições para uma nação ser. (RAMOS, 1995, p. 114-115).

Com efeito, ao se posicionar por uma “sociologia em mangas de camisa”, Guerreiro Ramos evoca a teoria social para pensar a nacionalidade, “a fim de superar a visão parcelada das necessidades do país, substituindo-a por uma visão unitária de sua contextura integral” (RAMOS, 1995, p. 134). Ainda aqui a contextura integral é o humano no nacional pelo dado da autarquia e emancipação econômica. O que isso quer dizer? “Quero dizer”, marca Guerreiro Ramos, “uma sociologia em mangas de camisa pode viver, hoje, no Brasil, dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional” (1995, p. 135). Ao ironizar a “sociologia seráfica e consular” e ao afirmar-se maduro na sua “Meditação para os Sociólogos em Flor” (1995, p. 137), Guerreiro Ramos invoca a práxis da teoria social por meio de duas dimensões ou alvos a serem mirados: primeiro, “[...] a elaboração de ideias, conceitos, teorias com as quais a *nação possa compreender-se a si própria*, decifrar objetivamente seus problemas”; e, segundo, uma tarefa mais propriamente científica e pedagógica no campo sociológico: “[...] a *conversão da atividade diuturna do sociólogo ao interesse nacional*, por meio da planificação do ensino e do trabalho de campo” (1995, p. 140, grifo nosso).

Cumprir destacar, no âmbito do “pensamento étnico”, o já mencionado ensaio “O Problema do Negro na Sociologia Brasileira”, originalmente publicado nos *Cadernos do Nosso Tempo* (1954, p. 189-220), do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), republicado pela Câmara dos Deputados (1981) com introdução e notas de Simon Schwartzman. Esses lugares intelectuais e de polêmicas quanto aos rumos da revolução brasileira seriam identificados, instituição e revista, como nascedouro da ideologia nacionalista. Assim se pensou: “A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros”, mas também se admitem “trajetórias intelectuais e políticas bastante diversas” (SCHWARTZMAN, 1981, s/p).⁶ Com efeito, Guerreiro Ramos parece ter sido empurrado, por pesquisas acadêmicas posteriores, para um tipo de “nacionalismo orgânico” no início da fundação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), ao qual esteve ligado durante três anos (1955-1958), cujas classificações analíticas vão desde o ISEB como “fábrica de ideologias” no final da década de 1970, até mais recentemente como “fábrica de controvérsias”.⁷

O importante para esse estudo é pontuar que se trata de uma curta historicidade, em que política, ciência e ideologia ganham o “debate nacional” e nela está inserida a publicação e republicação de “O Problema do

⁶ Quase ao final da ditadura, em 1981, em que o “nacionalismo de direita” perdia espaço na sociedade civil, Simon Schwartzman republicou parte significativa das “reflexões nacionalistas” da década de 1950. Na introdução, escrita em 1979, ele destaca: “A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de ‘terceira força’, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, tais eram, em poucas palavras, os valores que pareciam unificar a todos. Além deste mínimo, havia certamente diferenças, algumas de ênfase, outras substantivas, como em relação à questão da socialização dos meios de produção, tese central do documento de Jaguaribe, de 1953 (‘A Crise Brasileira’). As análises econômicas que constam dos *Cadernos* não diferem, em essência, das proposições da CEPAL; os diversos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos (‘Padrão de Vida do Proletariado de São Paulo’, n. 1; ‘O Problema do Negro na Sociologia Brasileira’, n. 2; ‘A Ideologia da *Jeunesse Dorée*’, n. 4; ‘O Inconsciente Sociológico’, n. 5) tampouco se integraram de forma clara ao que ficou mais tarde conhecido como o pensamento isebiano; e, ainda, a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional (que levou, inclusive, à publicação de extensa documentação sobre a Conferência de Berlim de 1954, ocupando a maior parte do número 3) parece responder ao clima particularmente agudo da Guerra Fria no início da década de [19]50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma ideia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos” (SCHWARTZMAN, 1981, Introdução, s/p).

⁷ A dimensão crítica do “nacionalismo” ao qual Guerreiro Ramos foi associado consta em Toledo (1978). Um pouco antes, Alzira Alves de Abreu, em pesquisa pioneira, defendeu tese de doutorado na França sobre o “nacionalismo e a ação política do ISEB” (1975). Ver, mais recentemente, Abreu (2007, p. 409-432). Sobre o “ISEB como Fábrica de Controvérsias” e no qual se pode acompanhar todo o debate em torno da “questão isebiana”, ver também Bariani Junior (2008, p. 72-89).

Negro na Sociologia Brasileira”. Depois de passar pelos estudos racialistas e pelos “teóricos da mestiçagem”, todos eles imbuídos de “interpretar a nacionalidade”, Guerreiro Ramos escreve umas das páginas mais impressionantes sobre o “universal humano” baseado na situação racial no Brasil, “sociologia do negro, ideologia da brancura” (RAMOS, 1995, p. 190). Nesse aspecto, Guerreiro Ramos formula a questão de que se trata de “uma das maiores ilusões da sociologia brasileira” e suas indagações ainda reverberam na nossa teoria social:

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira.

Nesse ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida [em] que se afirma a existência, no Brasil, do problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado? (RAMOS, 1995, p. 190).

Ao afirmar que o negro se comporta “sempre essencialmente como brasileiro” tal como o branco, Guerreiro Ramos não esquece as “contingências de região e estrato social”. Em seguida, critica os estudos sobre relações de raças no Brasil, alguns dos quais patrocinados pela UNESCO, ironizados como “relatórios da UNESCO”. Para Guerreiro Ramos, “os documentos de nossa socioantropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos”, pois é de certa conduta nacional que se está falando, não o “instinto de nacionalidade” ao gosto de Machado de Assis. Assim, ele pondera: “Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Embora redigidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios para o Reino..., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na UNESCO, sediada em Paris” (RAMOS, 1995, p. 197). O universal humano se realizaria pela “experiência do *niger sum*” de significado dialético. A longa citação se faz necessária visto que implica acompanhar, na sua textura integral, a sofisticada interpretação hermenêutica, talvez pioneira, sobre o fator nacionalidade e a sua tensão confrontada com o humano universal:

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil.

Pois bem, a partir daí se tornam perceptíveis, de repente, as falácias estéticas da socioantropologia do negro no Brasil. Então, em primeiro lugar percebo a suficiência postiza do socioantropólogo brasileiro, quando trata do problema do negro no Brasil. Então, enxergo o que há de ultrajante na atitude de quem trata o negro como um ser que vale enquanto *aculturado*. Então, identifico o equívoco do etnocentrismo do *branco* brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com ele pela cultura. Então, descortino a precariedade histórica da brancura como valor. Então, converto o *branco* brasileiro, sôfrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social. Então, passo a considerar o preto brasileiro, ávido de embranquecer se embaraça[n]do com sua própria pele, também como ser psicologicamente dividido. Então, descobre-se-me a legitimidade de elaborar uma estética social de que seja um ingrediente positivo a cor negra. Então, afigura-se-me possível uma sociologia científica das relações étnicas. Então, compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o *problema do negro*, seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então, capacito-me para negar a validade a esta solução. (RAMOS, 1995, p. 199).

Assim, permito-me afirmar que Guerreiro Ramos pensa a nacionalidade e não o nacionalismo e, mesmo que considere fundamental a identidade étnica, da qual ele mesmo participa desde seu contato com a experiência histórica da negritude e com o Teatro Experimental do Negro, não mais abandona a perspectiva do universal humano em processo. Entretanto, esse universal humano não aparece nos moldes do velho humanismo consular, ele é apresentado na dimensão da teoria social da qual é tributária, numa associação de fatores raciais e de classe: “[...] desde que se define o negro como um ingrediente *normal* da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica” (RAMOS, 1995, p. 200). Nesse sentido, tento argumentar que, embora Guerreiro Ramos pense na tessitura do “personalismo negro” ou mesmo descarte a aceção de um “proletariado negro”, para ele, é a “sociedade civil” a grande protagonista dos “fatos nacionais” num momento de “lutas políticas e práticas emancipatórias” (FLORES, 2007).⁸

No artigo “Nacionalismo e Xenofobia”, publicado originalmente em *O Jornal*, em 01 de julho de 1956, Guerreiro Ramos mostra sua aversão às “manifestações temperamentais” do nacionalismo. Para ele, tratava-se de um processo: “O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional” (RAMOS, 1995, p. 55). Essa questão – que, para ele, havia se tornado dramática no âmbito da nossa cultura histórica – somente poderia ser trabalhada na dimensão de uma teoria social que fosse “ativista” e agenciadora das transformações das “estruturas nacionais e regionais”. Dizia ele num ponto forte do artigo: “Mas o nacionalismo não tem apenas fundamento psicológico. Tem também fundamento econômico. Na medida [em] que, em nossos dias, surgem no Brasil as componentes objetivas da nação, que faltavam até há bem pouco, o nacionalismo se torna verdadeiramente um fato sociológico” (RAMOS, 1995, p. 56). O fato de Guerreiro Ramos ter sido “derrotado” na sua cidadania pela força das armas e exilado de sua nacionalidade intrínseca apenas lhe permitiu aprofundar a razão hermenêutica do universal humano.⁹

Para desenvolver essa premissa, vale a pena mencionar pelo menos dois pronunciamentos de Guerreiro Ramos registrados durante o seu exílio (1967-1982). No primeiro, característico de uma reflexão de exílio recente, no ano de 1970, ele detecta uma “nova ignorância”, cujo traço da história seria a incerteza e qualquer formulação teórica apenas poderia ser precária. No segundo, fruto da entrevista dada às pesquisadoras do CPDOC/FGV em junho de 1981, numa espécie de “quase” retorno do exílio, que se apresentava por demais duradouro, se sobressai uma “memória irônica” e devastadora.

Na conferência proferida na Comissão para o Desenvolvimento da Administração Pública na América Latina, realizada de 09 a 11 de abril de 1970, na University of Texas, Austin, Guerreiro Ramos discorre sobre os engajamentos na nova administração pública, ocasião em que destaca o “engajamento com o mundo”. Assim, “[...] no passado o mundo era tratado como ficção de especulação filosófica. Os pensadores clássicos não enfrentavam uma situação de desenvolvimento e interdependência tecnológica e econômica como a temos presentemente” (RAMOS, 1983, p. 36).¹⁰ Em outras escalas temporais, as sociedades eram segregadas umas das outras, mas no atual momento histórico o mundo “[...] é um sistema único e completo” (1983, p. 36). Em seguida, Guerreiro Ramos contrapõe a “escala nacional” – cujo esforço teórico para

⁸ Abordei a participação de Guerreiro Ramos nas discussões sobre relações raciais no ensaio “Jacobinismo Negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-1964)” (FLORES, 2007). Sobre o “pensamento étnico” de Guerreiro Ramos, ver BARBOSA (2006) e BARIANI JUNIOR (2008).

⁹ Em entrevista dada à revista *Marco* (1954), com o título “...A Descida aos infernos”, Guerreiro Ramos responde à pergunta sobre a sua “sociologia insólita”: “A vida tem sempre razão. Sempre tomei partido da vida. Os modestos conhecimentos que acumulei (e não cesso de adquiri-los) são vividos. As circunstâncias colocaram-me em tal posição que os meus estudos foram sempre comandados pela necessidade de compreender ou resolver problemas: mortalidade infantil, administração de negócios governamentais, organização social de negros, ação política, agressões pessoais, etc. Tive assim de, continuamente, testar na prática as minhas ideias e os meus conhecimentos; quando não, de extrair da prática uma teoria”. (RAMOS, 1995, p. 265-66).

¹⁰ Publicado originalmente na *Revista de Administração Pública* (v. 4, n. 2, p. 7-45, jul./dez. 1970); republicado em *Clássicos da Revista de Administração Pública* (v. 17, n. 1, p. 32-65, jan./mar. 1983).

elucidação sociológica havia lhe tomado mais de uma década de pesquisa e reflexão – ao mundo, não mais o “mundo especulativo dos filósofos”, mas o mundo material, a “escala universal” da política e economia:

Há problemas que afetam o mundo inteiro e que ficarão sem solução se não se fizer um esforço pela institucionalização em escala universal; ao mesmo tempo, parece haver recursos disponíveis e em potencial, capazes de livrar da pobreza toda a humanidade. Se ainda há grandes disparidades no padrão de vida entre os povos, hão de ser antes um produto institucional do que o resultado de uma real escassez de meios. Segundo alguns autores, o principal empecilho à universalização do bem-estar e à conjuração das ameaças de uma catástrofe termonuclear é a nação-estado. (RAMOS, 1983, p. 36).

Dito isso, Guerreiro Ramos aponta para uma crítica visceral a essa instituição moderna, o estado-nação, a de não ser mais capaz de gerar soluções plausíveis para “converter possibilidades concretas em ações”. Talvez impregnado pelo mito da “sociedade da abundância” norte-americana, ele afirma em dose apoteótica: “Quem quer que interprete o presente corretamente e com sensibilidade verificará que a humanidade, como um todo, já ultrapassou o estágio da necessidade” (RAMOS, 1983, p. 38). Guerreiro Ramos não deixa de provocar os seus ouvintes ao lembrar que a capacidade dos administradores públicos ou administradores do desenvolvimento para a melhoria das políticas governamentais deve “enfrentar os interesses institucionalizados dominantes”. A administração pública, para ele, havia sido associada ao estado-nação, mas agora enfrenta um dilema, pois “[...] embora o estado-nação ainda tenha um papel a desempenhar, torna-se muitas vezes um percalço para o desenvolvimento do mundo” (1983, p. 39). Seria o tempo das escolhas, especialmente para aqueles que se debatiam frente aos “problemas da administração pública na América Latina”. Assim está dito, assim foi escrito:

Os cientistas sociais tanto nacionais quanto estrangeiros, que se ocupam de países latino-americanos, não se têm devidamente percebido do fato de que a nação, como tal, está rapidamente se tornando inviável como unidade de análise. O que ocorre com esse conceito é o mesmo que aconteceu com o conceito de raça, que outrora constituía uma categoria antropológica e hoje está alijado do campo científico. (RAMOS, 1983, p. 51).¹¹

No segundo pronunciamento parece evidente a ressignificação, pela memória exilada, de uma nacionalidade específica. “Meu nacionalismo é muito irônico” foi a resposta obtida pelas pesquisadoras do CPDOC/FGV quando perguntaram a Guerreiro Ramos como o nacionalismo o havia marcado (RAMOS, 1995, p. 157). Para ajudar no raciocínio, ele busca argumentos de seu livro *O Problema Nacional do Brasil* (1960): “Se você ler aquilo com cuidado, verá que eu digo que há um nacionalismo que eu chamo de circunstancial, que é o meu. Eu digo que a nação é uma coisa provisória, que desaparece, e que então, se você nasceu no Brasil... Eu nunca me senti nacionalista”. O eu como pessoa humana ressoa na sua “memória arquivada” (expressão de Paul Ricœur) no contexto do partido da vida: “Eu não pertenço a coisa nenhuma. Eu sou eu, tenho um destino pessoal” (1995, p. 157). Nesse sentido, embora considerasse como positividade aquele “momento nacional”, para ele a nação não podia ser categorial: “A nação nunca foi para mim uma categoria, ela é existencial” (1995, p. 157).¹² Parece não haver dúvida de que o *tropos* da ironia, admitido por Guerreiro

¹¹ Guerreiro Ramos se reporta a Kenneth Boulding (em artigo de 1967) ao afirmar que “[...] hoje em dia um cientista social não pode ser nacionalista, pelas mesmas razões por que um biólogo não pode ser racista” (RAMOS, 1983, p. 51). Seria preciso investir no conceito “elos de ligações” e nas análises comparativas, visto serem as nações, naquele atual momento histórico, “sistemas penetrados”, expressão cujo crédito o sociólogo brasileiro atribui a James Rosenau (em artigo de 1966 e livro de 1969).

¹² Inspirado em Alberto Torres e sua principal obra, *O Problema Nacional Brasileiro* (1914), apresentava de forma circunstanciada o que o autor sentia como uma luta política entre “a nação e a anti-nação” na perspectiva do desenvolvimento das “estruturas nacionais e regionais”. A leitura dessa obra parece ser mais elucidativa se for associada aos livros seguintes, *A Crise de Poder no Brasil: o problema da revolução nacional brasileira* (1961) e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963), nos quais Guerreiro Ramos desenvolve um capítulo sobre o conceito de “homem parentético”. Trata-se de uma trilogia em que a “sociologia militante” parece ser penetrada pelo “cientista político militante” ou “historiador do tempo presente” com agudas análises de conjuntura e que

Ramos, não deixava de ser um acerto de contas com aqueles que o haviam mandado embora e que, mesmo exilado, continuava a fustigar a “nação existencial”.

Noutra questão formulada, se a sociologia teria a pretensão de “salvar a nação”, Guerreiro Ramos alude a outro de seus escritos para lembrar que “não se nasce num país por deliberação”. A nação, na sua circunstância histórica, “governada por sargentos”, não mereceria um pensamento refinado: “Afim, eu nasci nesta merda, então vamos salvar esta merda! (...) Quando eu falo em nação, falo com profunda ironia” (RAMOS, 1995, p. 158-59).¹³ Finalmente, duas posições antagonizam, na forma de síntese, o que buscamos desenvolver nesse tópico: duas respostas dadas em perguntas sequenciais, de certa forma, dão a medida do universal humano e uma nacionalidade circunstancial: “Não se tem noção da essencialidade humana no Brasil. [...] Esse país é profundamente internacionalizado” (1995, p. 180-81). Sabe-se, porém, que Guerreiro chegou a escrever um ensaio (ainda inédito) e que, pelo teor do título, carregava nas tintas do *tropos* que lhe possibilitou uma escrita original, *Curtição ou Reinvenção do Brasil*. Tal seria a via do Guerreiro, com “sabedoria e senso de humor”.¹⁴

A Gestão do Humano e o Mundo do Trabalho

A partir de agora vou tentar colocar em perspectiva as relações da gestão do humano e o mundo do trabalho, duas dimensões de intensa densidade analítica no decorrer da obra de Guerreiro Ramos. Em “A Sociologia de Max Weber” (2006), baseado na entrada da obra weberiana que trata dos “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, Guerreiro Ramos enceta uma citação que permite pensar os “impulsos afetivos” e sua orientação para a “vida prática”. Assim, sobre a capacidade afetiva ou receptivo-artística do sujeito, argumenta:

Muitos sentimentos reais – diz Weber – (medo, cólera, ambição, inveja, ciúme, amor, entusiasmo, orgulho, vingança, piedade, devoção e apetites de toda sorte) e as reações irracionais (do ponto de vista da ação racional com referência aos fins) deles derivados podem ser “revividos” afetivamente de modo tanto mais evidente quanto mais susceptíveis sejamos destes mesmos sentimentos; e, em todo caso, ainda que excedam em absoluto; por sua intensidade a nossas possibilidades, podemos compreendê-los endopaticamente em seu sentido, e calcular seus efeitos sobre a direção e os meios de ação. (RAMOS, 2006, p. 270).¹⁵

se constitui numa espécie de *18 de Brumário* brasileiro. Também tenho a sensação de que a crítica especializada na obra de Guerreiro Ramos tem como postura intelectual rechaçar essa trilogia, de forma infelizmente equivocada, como uma escrita de crônica anunciada do “nacionalismo orgânico”.

¹³ Guerreiro Ramos se reporta à sua intervenção no Seminário Internacional sobre a Revolução de 1930, na mesa redonda “Intelectuais e Ideologia”, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980 e, posteriormente, publicada como ensaio com o mesmo título, “A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980”. Na sua abordagem sobre a inteligência brasileira na Revolução de 1930, Guerreiro Ramos considera que uma parte significativa dos seus integrantes era de “protagonistas revolucionários do humanismo civilista”, apesar de estarem sob o “signo da ambiguidade e da complementaridade” (1982, p. 527-548).

¹⁴ Um artigo inspirador para se compreender a “linguagem guerreiriana” é o de Garcia (1983), “A Via de um Guerreiro... com Sabedoria e Senso de Humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos”.

¹⁵ Trata-se do tópico 3, dos “fundamentos metodológicos” da sociologia da obra weberiana, *Economia e Sociedade*: “a interpretação pretende alcançar a evidência”, mesmo para aquelas ações “muito virtuosas, religiosas e caritativas para quem é insensível a elas, do mesmo modo que muitos fanatismos de extremo racionalismo (‘direitos humanos’) para quem, por sua vez, se aborrece radicalmente desses pontos de orientação” (WEBER, 1994, p. 4-5).

Por sugestão, a leitura que Guerreiro Ramos faz da obra weberiana *Economia e Sociedade* implica colocar no centro da análise a gestão do humano no mundo histórico contemporâneo. Guerreiro Ramos associa Weber à ciência de seu tempo: “A concepção típico-ideal da ciência exprime o desespero da consciência humana diante do fracasso da explicação religiosa ou mágica das forças do mundo histórico. Ela é representativa de uma época secularizada em que os padrões sagrados foram radicalmente minados pelo trabalho corrosivo da razão” (RAMOS, 2006, p. 270). Com efeito, dos padrões de dominação das sociedades pré-capitalistas emerge, no mundo moderno, o que estou chamando de “gestão do humano”, que nada mais é do que o controverso conceito weberiano de burocracia, pois, com ela e a partir daí, “[...] torna-se cada vez mais estreita a esfera onde se realiza a ‘existência qualitativa’, onde se realiza a singularidade específica do ser humano” (2006, p. 273). Guerreiro Ramos afirma que Max Weber não estigmatiza nem hostiliza a burocracia, mas assume uma posição melancólica. Assim, Weber “entremostra” (a expressão é de Guerreiro Ramos): “[...] o seu horror por uma humanidade profissionalizada, por um mundo em que não haverá mais a aventura, mundo em que cada vida deverá transcorrer dentro de uma *carreira*” (2006, p. 273).

Na sua tese de 1949, Guerreiro Ramos aprofunda essas ideias iniciais e lhes dá uma coerência epistemológica, afinal ele estava se propondo a uma história da organização racional do trabalho: “[...] o trabalho assumiu no presente estágio da evolução humana uma importância decisiva, como fator básico da posição do homem na sociedade e, até certo ponto, no universo” (RAMOS, 2008, p. 22). No segundo capítulo, ao lembrar da aversão ao trabalho pelos autores antigos, ele avalia que “[...] a vida ociosa é, por toda parte, um dos signos mais evidentes das classes sociais superiores”. Desde o início Guerreiro Ramos aborda a questão da humanidade e a dimensão infamante do trabalho. Nesse sentido, ele adota esse regime de historicidade: “Parafraseando H. G. Wells, pode dizer-se que as civilizações antigas foram edificadas sobre o ser humano barato e degradado” (RAMOS, 2008, p. 33). Também é certo que no Ocidente medieval, a se seguir a sociologia compreensiva de Max Weber, o trabalho começa a ganhar um valor ascético. No Renascimento ocorre um explosivo que rompe a tradição: “A *ratio* é, assim, o instrumento que serviu para emancipar o indivíduo da tradição ou para erradicar o medo do sagrado; em suma, um instrumento de secularização” (2008, p. 39). Nasce, portanto, a tipificação do mundo burguês: “[...] uma ordem social fundada na calculabilidade dos atos humanos e na objetividade racional” (2008, p. 39). Não por acaso, Guerreiro Ramos lembra dois humanistas renascentistas que criticaram a técnica: “É como um eco retardado que ressoa a voz de Petrarca (1304-1374) e Ariosto (1474-1533), quando protestam contra a fabricação de pólvora, *esta imitação funesta e ímpia do raio que os antigos diziam inimitável*” (2008, p. 40).

O pensador burguês, engenheiro por natureza, logo aplicaria as ciências técnicas: “Sob o influxo desta nova mentalidade, inicia-se, na Europa, o processo de racionalização em todas as esferas da vida humana” (RAMOS, 2008, p. 40-41). Essa racionalização e secularização vão resultar na “aplicação sistemática da ciência ao trabalho” no decurso, de pelo menos, três séculos, *in statu nascendi*, expressão muito apreciada por Guerreiro Ramos para demonstrar a humanidade das coisas e os atos históricos. O apreço pelas técnicas e máquinas diz muito dessa temporalidade: Leonardo da Vinci, Leon Baptiste Alberti, Francis Bacon, Galileu Galilei, Descartes. Esses grandes espíritos teriam “desencantado a natureza”, segundo Guerreiro Ramos. A “utensilagem humana” muda radicalmente depois de 1750. A revolução industrial seria o “teste mais decisivo da atitude laica do homem ocidental diante da natureza” e, portanto, seria adventício “o ambiente racionalizador”. Assim, observa que “[...] a expressão Revolução Industrial se refere principalmente a uma radical transformação da cultura material do Ocidente” (RAMOS, 2008, p. 47).

Os filósofos do século XIX vão se debruçar sobre o trabalho. Saint-Simon (1760-1825) parece ser o mais admirado por Guerreiro Ramos: “Mais do que a intuição, a ideia clara de uma organização racional do trabalho se encontra formulada no século XIX” (RAMOS, 2008, p. 49). Mas menciona que Charles Fourier (1772-1837) teria sido também precursor na “orientação profissional”. Se muito de bizarro e extravagante aparecem nas formulações desse pensador social, também é admirável a sua capacidade de proposição. As paixões seriam impulsos naturais da criatura humana. “A sociedade, contrariando a manifestação das “paixões”, torna-se causa dos vícios e da anormalidade” (2008, p. 50). A “falange” seria uma espécie de República para o exercício libertário das paixões e sem trabalho degradante nem monótono. Ao discorrer sobre Robert Owen (1771-1857), Ramos o apresenta como “socialista inglês” e expressão do “movimento racionalizador”, pois entendia que a humanidade, marcada pela tradição, seria precária e manipulável.

Entretanto, lembra que Owen, em suas obras, teria “[...] afirmado o princípio revolucionário de que através da manipulação das circunstâncias é possível governar e dirigir a conduta humana” (2008, p. 51). Na obra *A New View of Society* (1813), Robert Owen chega a propor “um sistema nacional de formação do caráter”. Guerreiro Ramos destaca a importância das experiências e dos empreendimentos de Robert Owen, em *New Lanark*, na gestão do humano e do mundo do trabalho para além da fábrica: “[...] introduziu processos de treinamentos de operários, reduziu horas de trabalho, aboliu o emprego de crianças menores de 10 anos, suprimiu os castigos, por notificações e advertências. Percebendo a influência dos fatores indiretos do trabalho [...] fez construir habitações higiênicas para seus operários e gastou elevada quantia na edificação de uma escola” (2008, p. 52). Se a obra *Organização do Trabalho* (1839), de Louis Blanc (1813-1882), tinha por objetivo a supressão do individualismo, da propriedade privada e da competição, já não repugnava a ideia que encerrava: a “organização social do trabalho”. Não é sem ironia que Guerreiro Ramos finaliza o quinto capítulo indicando o próximo: “Com efeito, Taylor é um contemporâneo de Louis Blanc” (2008, p. 52). O *tropos* é pertinente, pois o século XX começa apenas em 1914.

Para Guerreiro Ramos, “F. W. Taylor (1856-1915) foi o iniciador da organização racional do trabalho”. A técnica do trabalho passa a se constituir na mais eficaz tecnologia da moderna sociedade de mercado: “Nos capítulos anteriores parece ter ficado claro, de um lado, a relação funcional entre a técnica do trabalho e a estrutura total das sociedades; de outro lado, o encadeamento de transformações da civilização ocidental de que resulta a organização racional do trabalho. E desse modo pretendemos ter esboçado uma história compreensiva desta tecnologia” (RAMOS, 2008, p. 54). Assim, para Guerreiro Ramos, “Taylor movimentava-se num universo social inteiramente secularizado”. O lema de Taylor seria “ciência em lugar de empirismo”. Destaca que a contribuição principal de Taylor “foi a de racionalizar as tarefas, a de mostrar a pista de uma verdadeira ciência do trabalho”. Dois elementos teriam sido por ele revolucionados, a análise (decompor a atividade em suas operações elementares) e a síntese (composição racional das operações). Desta forma Taylor teria atingido, segundo Guerreiro Ramos “os tempos e os movimentos” (2008, p. 56-58). Então, na dimensão da gestão do humano e do trabalho, viria “O Sistema Ford – Henry Ford (1863-1947)”. Enquanto o taylorismo é a organização racional do trabalho, o fordismo é, fundamentalmente, uma doutrina econômica. O transportador (as correias de produção), uma invenção de Ford, permitiria o comportamento rítmico do trabalhador. A execução rítmica do trabalho “[...] permite vencer facilmente a monotonia do trabalho repetitivo, suportar o que no mesmo há de penoso, bem como libertar o operário da fadiga” (2008, p. 64). Se assim for, o sistema de Taylor contrasta com o de Ford. A ritmização do trabalho foi a contribuição de Ford para a organização científica do trabalho. Três princípios norteiam o sistema de Ford: produtividade, intensificação (ambos pelo fator tempo) e economicidade (fator matéria). Não passa despercebido pela leitura da tese que a “história da industrialização” fascina o sociólogo Guerreiro Ramos.

No início da década de 1950, ao criticar a nossa “sociologia seráfica”, Guerreiro Ramos volta a destacar que a “industrialização constitui categoria cardinal da sociologia”. No curto ensaio “A Industrialização como Categoria Sociológica”, de 1954, Guerreiro Ramos defende a ideia de que se deve evitar “absolutizar o presente” quando se trata de conceituar o processo industrial. Trata-se de uma leitura de Karl Marx, bem ao gosto dos marxistas brasileiros, que ainda não sonhavam em acusar Guerreiro Ramos de “nacionalista orgânico”. Vejamos essa passagem:

A industrialização, entendida como processo de crescente elevação da produtividade do trabalho, é libertação do homem dos determinismos cósmicos pelo domínio que se opera pela substituição das forças humanas aplicadas na produção de bens pelas forças mecânicas oriundas dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos. Os gêneros e níveis de vida – é uma regra geral, sem contestação – só melhoram na proporção direta em que se verifica essa substituição qualitativa de forças de trabalho. (RAMOS, 1995, p. 146).

No seu livro seguinte, de 1958, *A Redução Sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*, Guerreiro Ramos (1996) reitera a tese de que “a industrialização é um processo civilizatório”, especialmente no capítulo “Critérios de Avaliação do Desenvolvimento” (RAMOS, 1996, p. 139-155). Entretanto, novos elementos são observados na análise, como a urbanização e os recursos energéticos, que implicam evidências

de “incertezas da razão” e de que a gestão do humano não pode ser pensada como uma ciência terminada pelo processo de racionalização. Pelo contrário: “Da transformação da estrutura atual em outra superior, decorrerá a substituição dos problemas atuais por outros menos grosseiros ou mais refinados. Não há, no domínio da realidade histórico-social, nenhuma idade de ouro, na qual cesse a problematidade da vida humana” (RAMOS, 1996, p. 140). Parece ser muito importante para Guerreiro Ramos a admissão de que a urbanização é um processo muito pouco compreendido pela sociologia brasileira de tradição consular, uma vez que o mundo do trabalho urbano “cria outros estilos de vida” e transforma os hábitos sociais. Mesmo assim, importa ver a urbanização como um “fenômeno historicamente positivo” pelas “ricas e variadas modalidades de existência”. Com efeito, a “[...] urbanização só pode parecer um mal àqueles que não admitem a variação histórica das modalidades de existência humana” (1996, p. 151).

As percepções sociológicas sobre a gestão do humano sensibilizam profundamente Guerreiro Ramos quando se intensificam as lutas políticas e intelectuais em torno da “Revolução brasileira”. Seria um tanto sintomático que, ao realizar uma irônica crítica política e teórica em relação aos protagonistas dos eventos políticos de 1961-1963 (Legalidade, Parlamentarismo, Reformas de Base, Revolução) – o que, de certa forma, implica ver “as tendências e os sintomas do processo político às portas do Golpe Militar de 31 de março de 1964” (frase de Clóvis Brigagão) –, Guerreiro Ramos também desenvolveria um capítulo sobre os conceitos de “Homem-Organização e Homem-Parentético”. O homem parentético, diferentemente do homem da servidão organizacional, seria uma pessoa superior que teria “poder sobre si mesmo e sobre as circunstâncias” e que teria a plena capacidade de “descobrir e instaurar novas formas de organização” (RAMOS, 1963, p. 145-174)¹⁶. No prefácio à segunda edição de *A Redução Sociológica*, datado de 1963 – escrito, portanto, sete meses antes de ser cassado e derrotado no seu projeto de Brasil –, o autor reconhece que a “atitude parentética” encontrável na “redução sociológica” seria a capacidade de o ser humano “transcender toda sorte de condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma”. Ainda com cidadania e direitos políticos, Guerreiro Ramos demonstrava otimismo no fato de que a sociologia articulava “um saber de salvação” com base na atitude parentética: “A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente” (RAMOS, 1996, p. 10-11). Também prometia investir em reflexões futuras nas “múltiplas expressões” que as possibilidades parentéticas apresentavam frente “[...] à robotização da conduta pelas pressões sociais organizadas” (1996, p. 11). Guerreiro Ramos escreveria praticamente uma dezena de artigos sobre a “abordagem parentética” nos tempos de exílio nos Estados Unidos, especialmente nos anos 1969-1972.¹⁷

O mais importante escrito dessa série sociológica parece ser mesmo “Modelos de Homem e Teoria Administrativa: ascensão do homem parentético”, de 1972 (RAMOS, 2001), que também intensifica os “estudos guerreirianos” sobre as teorias e práticas administrativas que venho delimitando como a gestão do humano. Entretanto, a meu ver, Guerreiro Ramos está mesmo é imerso na validação e recusa das perspectivas do mundo do trabalho na “modernidade secular”. Ele observa primeiro a crise das organizações contemporâneas: “De fato, a história contemporânea está gestando um novo tipo de homem, ao qual em outra ocasião dei o nome de *homem parentético*” (RAMOS, 2001, p. 3). Logo a seguir, Guerreiro Ramos apresenta suas definições “administrativas” de homem: “[...] o homem operacional, o homem reativo e o homem parentético. Em toda a história do estudo da administração, os teóricos e profissionais fizeram

¹⁶ Sobre as questões políticas e ideológicas que levaram Guerreiro Ramos a escrever esse livro e outros da mesma natureza na “rinocerônica” década de 1960, ver Mota (2010).

¹⁷ Na sua tese de doutorado, Ariston Azevedo (2006) faz uma detalhada análise da abordagem parentética de Guerreiro Ramos (capítulo 13: “Homem Parentético e a abordagem antropológica de Guerreiro Ramos para as ciências sociais”) e chega a essa síntese: “a afirmação do self, a liberdade, a auto-realização e o exercício da racionalidade noética [substancial] se apresentavam como os principais característicos do Homem Parentético. Estas eram condições e possessões eminentemente humanas que, no entendimento de nosso autor, precisariam ser levadas a efeito em uma articulação teórica sistemática (ciência social), caso se quisesse retirar o Homem da gregriedade social à qual foi lançado sob os auspícios da modernidade secular”. Ariston Azevedo observa, ainda, a passagem de percepções da categoria de Pessoa Humana (desde a tradição filosófica e religiosa ocidental ao existencialismo e ao personalismo), até chegar à categoria de Homem Parentético (um ser de razão substantiva ou noética capaz de reconhecer sua própria subjetividade e sentido diante da totalidade do humano). (AZEVEDO, 2006, p. 264-291).

suposições acríticas sobre a natureza do homem, em suas obras e suas ações. Hoje, porém, dificilmente será satisfatória uma teoria administrativa que ignore suas implicações psicológicas” (2001, p. 3).¹⁸

Homem operacional: *homo economicus, sociologicus e politicus*. Implicações: método autoritário na alocação de recursos humanos; ajustamento do indivíduo aos imperativos da maximização da produção; “a visão de que o homem é calculista, motivado por recompensas materiais e econômicas e, enquanto trabalhador, um ser psicologicamente isolado e independente de outros indivíduos”; a ilusão de que a administração e a teoria administrativa são imparciais; “uma indiferença sistemática às premissas éticas e de valor do ambiente externo”; estranheza da liberdade pessoal no local organizacional; e, finalmente, “a convicção de que o trabalho é essencialmente um adiamento da satisfação” (RAMOS, 2001, p. 4).

Na década de 1930, nos Estados Unidos, apresenta-se outra dimensão de homem (Escola de Relações Humanas), o “homem reativo”. Guerreiro Ramos aponta para o “homem” dos humanistas por meio de três dimensões: a natureza da motivação humana é mais sofisticada; é preciso perceber a organização como um “sistema social aberto”; e não é possível desconsiderar “o papel desempenhado por valores, sentimentos e atitudes sobre o processo de produção” (2001, p. 4). Entretanto, os humanistas trabalhavam na mesma dimensão anterior, do homem operacional, ao estimularem comportamentos para a eficácia da “racionalidade específica”. Enfim, “seu objetivo principal era ajustar os indivíduos aos contextos de trabalho, e não o seu crescimento individual” (2001, p. 4). Esses dois modelos, embora reconhecidos como robotizadores do humano, ainda eram largamente praticados nos meios sociais e organizacionais. Guerreiro Ramos critica a dimensão reativa no seu contorno fortemente adaptativo:

Essa teoria reativa parece basear-se em uma visão ingênua da natureza dos insumos e produtos. Ela considera como insumos as pessoas, os materiais e a energia, mas perde de vista os fatores éticos e valorativos do ambiente, cuja racionalidade e legitimidade são tipicamente desconsideradas. O ambiente é aceito como dado, e sua configuração episódica, restritiva, torna-se um padrão normativo inquestionável, ao qual as assim chamadas organizações em mudança devem se ajustar. (RAMOS, 2001, p. 4-5).

Para retornar e refinar sua abordagem de homem parentético, Guerreiro Ramos trabalha a noção de “racionalidade substantiva e noética” dos escritos de Karl Mannheim (1940), Eric Voegelin (1963) e Jürgen Habermas (1970), que seria algo intrínseco à humanidade, mas não aos comportamentos administrativo e organizacional. Por isso, a racionalidade noética deve ser “entendida como uma faculdade específica do homem que impede a obediência cega a requisitos de eficiência” (RAMOS, 2001, p. 6). Para Guerreiro Ramos, o homem parentético é feitura e reação às circunstâncias sociais das sociedades industriais:

O homem parentético consegue abstrair-se do fluir da vida diária, para examiná-lo e avaliá-lo como um espectador. Ele é capaz de distanciar-se do meio que lhe é familiar. Ele tenta deliberadamente romper suas raízes e ser um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão desse meio. Assim, a atitude parentética é definida como a capacidade psicológica do indivíduo de separar-se de suas circunstâncias internas e externas. Os homens parentéticos prosperam quando termina o período da ingenuidade social. (RAMOS, 2001, p. 7).

Em síntese, a revolução necessária na gestão do humano permitiria acatar, liberar e otimizar a revolução tecnológica que se realiza no mundo do trabalho justamente para romper as amarras que ainda limitam a emancipação humana. Não se trata de nenhum paradoxo a atitude otimista de Guerreiro Ramos, pois, ao final

¹⁸ Traduzido para o português brasileiro em duas ocasiões: na *Revista de Administração Pública* (1984) e no *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas* (2001). As citações foram retiradas dessa última publicação com nota do tradutor Francisco G. Heidemann sobre problemas de referência da edição em inglês e importante nota bibliográfica sobre Guerreiro Ramos.

de uma reflexão seminal, ele rompe as amarras de seu próprio exílio existencial e se transfigura numa exemplaridade de homem parentético. Suas últimas palavras afiguram-se como um manifesto: “Em sua longa história, a organização tradicional está chegando agora a seu momento da verdade. Ela está perdendo seu poder de sedução. Nosso campo está agora maduro para uma façanha kantiana, para uma revolução copernicana. Precisamos de nada menos que uma crítica radical da razão organizacional” (RAMOS, 2001, p. 11). Um manifesto pela “comunidade humana universal” que se assenta cotidianamente na “vida humana associada”.

A Ciência Social e a Vida Humana Associada

Agora chego ao último tópico da abordagem para a compreensão do conceito de “comunidade humana universal” na obra de Guerreiro Ramos. Passo a colocar em perspectiva a ciência social e a “vida humana associada” para, justamente, fechar a argumentação desenvolvida. No ano de 1946, ao analisar a concepção weberiana de ciência, Guerreiro Ramos indica seu acesso a uma ideia de ciência: “Esta concepção de ciência é eminentemente anti-socrática” (RAMOS, 2006, p. 270). Na concepção socrática de ciência “o espírito humano e o mundo são inconversíveis” uma vez que o “homem está ilhado e nenhuma garantia possui de que a sua ciência seja uma expressão verdadeira do que o mundo é em si mesmo” (2006, p. 270). Muito diferente seria a ciência social moderna da qual Max Weber seria a expressão de sua atitude mais racional. Seria preciso entender Weber e a ciência de seu tempo, o início do século XX: desencantamento do mundo, vida humana secularizada e a “ciência como vocação”. Mais adiante, Guerreiro Ramos alerta que Max Weber não confunde (e mesmo separa) o que seria “racionalidade funcional” e o “processo de racionalização”. Assim sendo, a “*ratio* [processo de racionalização] é, na história, um instrumento que tem servido para emancipar o indivíduo da tradição e para erradicar o medo do sagrado. Ela é, por excelência, o instrumento de secularização. A verdadeira dialética é a do racionalismo contra o tradicionalismo, a do movimento contra a inércia”. Portanto, seria basilar para a ciência social a tipificação de comunidade e sociedade: “A racionalização é a transformação da comunidade em sociedade, isto é, da organização social fundada na santidade da tradição e nos sentimentos humanos em uma organização social fundada na calculabilidade dos atos e na objetividade racional”. (2006, p. 272).

Em *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho*, tese de 1949, interessa particularmente o “Capítulo XII: A Sociologia do Trabalho”, pois, depois apresentar o processo histórico desde “as sociedades primitivas”, Guerreiro Ramos chega ao seu tempo presente para argumentar que a organização racional do trabalho desenvolveu-se até agora (metade do século XX) como uma tecnologia “inocente da matriz das relações humanas no trabalho” (RAMOS, 2008, p. 102). O ser humano se tornou uma peça na empresa, vista como “ordem abstrata”. Negligenciou os “fundamentos sociais da situação ergológica”. Guerreiro Ramos quer pontuar que a ciência social teria muito a dizer à gestão do humano. Assim, toda empresa pública ou privada implica: a) “uma base social e ideológica” resultante da diversidade comportamental das pessoas; b) o fator comparativo institucional de funcionamento da organização e “seu efeito sobre a psicologia dos atos ergológicos”; e, c) “o contexto histórico e psicológico externo à empresa” (2008, p. 104). Se não se considerarem os fatores ergológicos, a tendência é uma empresa de “arregimentação ditatorial” (2008, p. 105). Um dos mais importantes aspectos da teoria social foi o de que os estudos contemporâneos passaram a explicitar a fadiga no trabalho, uma desumanidade de alta complexidade. Uma plêiade de cientistas sociais, desde o final do século XIX, vinha se dedicando ao universo da vida cotidiana na sociedade industrial (Émile Durkheim, Frédéric Le Play, Karl Mannheim, etc.). Guerreiro Ramos assim demonstra: “Todos estes cientistas mostraram como a indústria subverteu, de maneira quase vertiginosa, os contextos sociais milenarmente estabelecidos, sem nada desenvolver em seu lugar”. (RAMOS, 2008, p. 115).

Parece não haver dúvida de que deriva dessas preocupações a perspectiva de Guerreiro Ramos de “refundar” a teoria social brasileira por meio de *Redução Sociológica* (1958), uma “sociologia do fundamento e da fundação” com “um método de análise de concepções e de fatos sociais”. Quando elabora a definição e

descrição do que seria a “redução sociológica”, Guerreiro Ramos estabelece sete regras desse método da teoria social. Devido à sua importância para a compreensão da “vida humana associada”, vamos tentar resumi-las com paráfrases e citações: 1) atitude metódica para o esforço da percepção exaustiva e radical de significados na tarefa de inverter “o processo ordinário da atitude natural”; 2) inexistência, na realidade social, de objetos sem pressupostos, tendo em vista que a mesma “não é um conjunto desconexo de fatos”, mas a própria “vida humana”. Com efeito, “a vida humana se distingue das formas inferiores de vida por ser permeada de valorações” e pela “significação”; 3) postular “a noção de mundo” tendo em vista a intencionalidade, a reciprocidade e a perspectiva dos atores sociais em relação aos objetos. Há mesmo referencialidade: “O mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências”; 4) caracterização perspectivista da redução sociológica, pois não há inércia nos fatos sociais. “Não há possibilidade de repetições na realidade social. O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado”; 5) redução sociológica entendida como processo coletivo e não “um ato de lucidez individual”, tendo em vista ser operativa e não especulativa; 6) crítica e contextualização de toda experiência social. “A redução sociológica não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional”; 7) alta elaboração da atitude por meio das vivências populares. “A atitude redutora não é modalidade de impressionismo”, pois para ter a sua validade no campo da ciência “precisa justificar-se, basear-se num esforço de reflexão, hábil para demonstrar, de modo consciente, as razões nas quais se fundamenta, em cada caso” (um produto cultural, uma instituição, um processo, uma tecnologia, etc.). Assim seria o programa da teoria social diante do desafio do conhecimento e da “necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades”. (RAMOS, 1996, p. 71-74).

Entretanto, é no capítulo sobre a “Lei do Comprometimento” que Guerreiro Ramos alcança a relação entre ciência social e vida humana associada por meio do conceito de “comunidade humana universal”. Trata-se, com efeito, de uma reflexão que vem de antes e, muito provavelmente, de sua participação e experiência no Teatro Experimental do Negro e da recepção do conceito de negritude, pois na segunda parte deste ensaio o autor enceta, como veremos, uma proverbial crítica ao etnocentrismo científico europeu. Aliás, o conceito de “comunidade humana universal” seria propositura sociológica para vencer, pelo método, a capa ideológica do eurocentrismo. Para Guerreiro Ramos seria preciso estabelecer “os fundamentos existenciais da ciência em ato” justamente para que se evitem as “autoexaltações nacionais” e se superem as “manipulações de rótulos emotivos”. A passagem a seguir, da “lei do comprometimento”, talvez seja a principal motivação para o argumento do presente ensaio:

O compromisso de que se fala aqui, na medida em que seja sistemático, situa o cientista no *ponto de vista universal da comunidade humana*. O regional e o nacional, em tal compromisso, não são termos finais, são termos imediatos de concretização do universal. Esta posição confere extrema lucidez ao cientista, pois o leva a colocar, sob a luz da consciência, as virtualidades que habitualmente estão obscurecidas na conduta ordinária.

(...)

O sociólogo, como qualquer especialista em ciências sociais, está sempre condicionado, em sua especulação, por um *a priori* de caráter existencial, tenha ou não consciência disso. Decorre o fato de que sua consciência se elabora invariavelmente a partir do trato com os objetos e as pessoas do mundo particular em que vive. Não existe um eu acósmico ou a-histórico capaz de postar-se diante do livre de condicionamentos. O eu e a consciência do eu brotam do *nós* que os antecede lógica e historicamente. A consciência ingênua não percebe a implicação recíproca do ser e do mundo. (RAMOS, 1996, p. 106, grifo nosso).

Pode-se admitir um Guerreiro Ramos contextualista – “Vivemos necessariamente a visão de mundo de nossa época e de nossa nação” – e mesmo existencialista – “O homem não se esgota no pensar, é também sentir e querer” –, mas tais virtudes também permitem vê-lo como um pensador original que, superando o humanismo cristão, opera no mais novo desafio da teoria social: os direitos humanos. Somente nesse

diapásão intelectual seria possível compreender a “redução sociológica” e sua ideia de nacionalidade, para que também se possa admitir o seu incrível *tropos* irônico: “nunca fui nacionalista”. Ora, não se tem o respeito à pessoa humana juntando uma centena ou um milhão de humanos num credo específico.¹⁹ As implicações são outras e aqui são assim demonstradas:

É precisamente a reflexão que torna explícita e exprime, de modo elaborado, a virtualidade implícita no agir humano. A pergunta famosa: *quem educa o educador?* Só tem uma resposta: – a sociedade, e não outro educador. E assim se desfaz a polaridade entre teoria e prática. Por que a sociedade? Porque é um fenômeno total. É pressuposto essencial da categoria de totalidade, a ideia de implicação. O verdadeiro educador sabe que só conseguirá levar a efeito a pedagogia que lhe possibilitem as condições sociais determinadas em que vive. Tem a consciência da implicação do homem no mundo. (RAMOS, 1996, p. 108-109).

Guerreiro Ramos reitera que, num mundo aparentemente em pedaços, o traço característico da sociologia contemporânea é a “noção de totalidade”. Embora reconheça que muitos autores europeus (Georg Lukács, Henri Lefebvre, Georges Balandier e Edgar Morin) e norte-americanos (Paul Sweezy, Paul Baran e Wright Mills) têm se diferenciado em relação aos “antropólogos culturais e aos estudiosos não iniciados na noção de totalidade” (RAMOS, 1996, p. 109), suas teorizações ainda permanecem com graus variados de etnocentrismo. Mais uma vez Guerreiro Ramos reitera a sua perspectiva:

Há ainda um vício europocêntrico em tais estudos, expresso no academicismo que os afeta. Aqui se verifica um limite imposto ao estudioso europeu. A sua prática social entra em conflito com a prática do estudioso de regiões subdesenvolvidas. O estudioso europeu só poderá ultrapassar esse limite se, por um esforço de *desideologização*, adotar, em caráter sistemático, o ponto de vista da comunidade humana. (RAMOS, 1996, p. 110).

Assim, para se observar, perceber e analisar as condições particulares de uma realidade determinada historicamente seria preciso um compromisso sistemático “à luz do ponto de vista da comunidade humana universal”.

No capítulo “Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência”, Guerreiro Ramos estabelece a posição do cientista social frente ao ponto de vista da comunidade humana universal. Para ele, a redução sociológica não implica negar a universalidade da ciência, se é da sua e para sua comunidade que o cientista fala e faz. No mundo contemporâneo “os povos não estão compartimentados, mas estreitamente relacionados uns com os outros”. Assim sendo, “a ciência é, pois, universal, enquanto patrimônio de aquisições comuns a todos os cientistas do mundo”. Categórico no sentido de pensar a teoria social no sentido da comunidade humana universal, Guerreiro Ramos se expressa numa frase lapidar: “Em ciência, não há lugar para o jacobinismo, ninguém pode realizar progressos senão a partir do que foi conquistado pelo esforço universal dos cientistas” (RAMOS, 1996, p. 124). No método da “redução sociológica” uma indagação aparece sempre como pertinente: “Em que sentido pode ser nacional a sociologia?” Talvez a pergunta soe como anacrônica em tempos de globalização, mas a resposta ainda mantém uma atualidade impressionante:

O que caracteriza como nacional uma sociologia não é o fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de nação para nação, mas somente a funcionalidade das cogitações dos sociólogos. Do sociólogo pode-se afirmar o que se diz de toda criatura humana – é um ser em situação, um ser historicamente encarnado. (RAMOS, 1996, p. 125).

¹⁹ Sobre a “epistemologia de Guerreiro”, ver Boava, Macedo e Ichikawa (2010) e Azevêdo (2006).

Os tempos passaram, vieram o exílio, as “exigências ecológicas” e a crise da “sociedade centralizada no mercado” apontando a Guerreiro Ramos a necessidade de intensificar as análises da teoria social que pensava problemas de “ordenação dos negócios humanos”. Parece sintomático que, já no prefácio ao seu último livro *A Nova Ciência das Organizações*, de 1981, (1989), o autor situe historicamente um “modelo alternativo de pensamento social”, pois “a sociedade centrada no mercado, mais de 200 anos depois de seu aparecimento, está mostrando agora suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana”. Também parece ser sintomático das resoluções de Guerreiro Ramos o fato de que o primeiro capítulo apresente a “crítica da razão moderna” e a complexidade dessa mesma razão. Com efeito, será no capítulo segundo que vamos reencontrar os “elos de ligações” do conceito de comunidade humana universal e do cientista “historicamente encarnado” ao buscar o caminho intelectual “No rumo de uma teoria substantiva da vida humana associada” (RAMOS, 1989, p. 25-49). Esse caminho é buscado com muita cautela, pois o cientista social deve ter cuidado com julgamentos de valor, “uma vez que os valores são subjetivos – ou têm alicerces demoníacos”. Duas dimensões teóricas deveriam ser substantivadas: a vida humana associada se conecta à “razão substantiva” e a teoria econômica não prescinde da “regulação política da economia”. Guerreiro Ramos sugere que as correntes de pensamento atuantes (liberais, marxistas e neomarxistas) “apoiam-se numa visão sociomórfica de homem, visão que reduz o ser humano a nada mais que um ser social” (1989, p. 32) e um decidido calculista econômico. Ora, nas sociedades capitalistas, que constituem não mais do que uma história episódica do gênero humano, “o sistema de mercado trabalha contra a constituição da vida humana associada, entendida como uma comunidade de homens e mulheres” (1989, p. 38).

Pode-se ainda ponderar que as “associações humanas” – expressão muito valorizada por Guerreiro Ramos na obra de 1981 – seriam a contrapartida da “sociedade centrada no mercado” assim como a “contrapartida da nova ciência da organização é a ciência social substantiva” (RAMOS, 1989, p. 45). Voltamos então à história para desconstruir a sua quase invertebrada característica teleológica e para compreender, no processo, a concepção de comunidade humana universal, originalmente pensada na obra sociológica de Alberto Guerreiro Ramos:

Na realidade, nem a história, nem a sociedade pode criticar a si mesma, porque o instrumento de medida para essa crítica não se contém em nenhuma de suas episódicas configurações. Ao contrário, o instrumento de medida é um componente das estruturas básicas da natureza humana, que se atualiza diferentemente em diferentes culturas e períodos. A história é um simpósio permanente, inteligível, no qual todas as gerações se compreendem umas às outras. Mas não é a própria história que nos permite sermos inteligíveis e inteligentes. Antes, é a razão, em sentido substantivo, que capacita os seres humanos a compreenderem as variedades históricas da condição humana. (RAMOS, 1989, p. 46).

Considerações Finais

Na primeira leitura que fiz de *A Redução Sociológica* (RAMOS, 1996), o conceito de “comunidade humana universal” me chamou pouca atenção. Entretanto, ao retornar à obra para resolver dúvidas sobre as posições de Guerreiro Ramos e as suas arengas com os marxistas brasileiros, me detive mais no Prefácio à Segunda Edição de 1965. Esse longo prefácio foi datado de 11 de agosto de 1963, no Rio de Janeiro. Na ocasião, Guerreiro Ramos responde às críticas ao seu livro feitas por Jacob Gorender (um dos importantes militantes e intelectuais, à época, do Partido Comunista Brasileiro, PCB), publicadas com o título “Correntes sociológicas no Brasil”.²⁰ Com devastadora ironia, Guerreiro Ramos se situa no âmbito radical da teoria

²⁰ O ensaio “Correntes Sociológicas no Brasil”, de Jacob Gorender, foi publicado na revista *Estudos Sociais* em 1958. A revista tinha como diretor Astrojildo Pereira, foi editada no período 1958-1964 e era vinculada ao Partido Comunista justamente na fase de esforço de “desestalinização do partido”. O interessante é que Guerreiro Ramos republica o ensaio crítico de Gorender “para que se

social: “Não somos nem marxistas, nem antimarxistas. Somos pós-marxistas, como Marx foi pós-hegeliano, pós-feurbachiano. Não somos solipsistas” (RAMOS, 1996, p. 35). O sociólogo então argumenta em defesa da historicidade do conhecimento no sentido de defender o seu legado teórico: “O saber também tem história. Como esforço de atualização do saber, o marxismo transcende Marx, o existencialismo transcende Heidegger, Jaspers, Sartre, a fenomenologia transcende Husserl. Marx jamais teve o projeto de elaborar o marxismo. Seu projeto foi o de liquidar os anacronismos vigentes no pensar filosófico da época e, por isso, de certo modo, antecipou a fenomenologia e o existencialismo” (1996, p. 35). Não satisfeito, o sociólogo arremata: “Rica de antecipações do existencialismo são as páginas do *Manuscrito de 1844*” (1996, p. 36).

Guerreiro Ramos se coloca na tradição de um pensamento radical que remonta a Saint-Simon para chegar a Karl Marx e, nessa passagem, observa a importância do conceito de “comunidade humana universal” no conjunto de sua obra: “O ponto de vista proletário é a referência básica de nosso pensamento sociológico. Não vê isto o Sr. Gorender, em *A Redução*, não propriamente por má fé como certos escribas, mas porque não deu a devida atenção ao conceito de *comunidade humana universal*, que preside ao nosso pensamento em geral, e, em particular, neste livro”. Logo em seguida, Guerreiro Ramos demonstra ao seu interlocutor o quanto sua posição derivava da raiz marxiana:

Não se situa no ponto de vista proletário um estudo apenas porque contenha referências expressas ao proletariado, à classe operária. O contrário pode mesmo acontecer. *O compromisso de que se fala aqui* – dizemos neste livro – *na medida em que seja sistemático, situa o cientista no ponto de vista universal da comunidade humana*. Este ponto de vista engloba o da classe operária. Este ponto de vista é o da totalidade. A categoria cardinal do pensamento, para Marx, não é a classe operária, é a totalidade. A classe operária é aspecto concreto, episódico, da totalidade. (RAMOS, 1996, p. 36, grifo do autor).

Nesta passagem está a origem do presente ensaio cujo objetivo é dar a devida atenção a um dos pontos cardinais da teoria social de Guerreiro Ramos: o conceito de “comunidade humana universal”, de notável pertinência para uma cultura dos direitos humanos no Brasil, especialmente para aqueles que tratam do ofício da “gestão do humano”. Não deixa de ser, também, a grande lição dos autores clássicos, nossos pais intelectuais, a quem podemos recorrer todas as horas. Obrigado “velho Guerreiro”.

Referências

- ABREU, A. A. de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil** (Vol. 2: Nacionalismo e Reformismo Radical, 1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 409-432 p.
- AZEVEDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- AZEVEDO, D. B. de; RABAT, M. N. (Orgs.). **Parlamento Mutilado**: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 2012.
- BARBOSA, M. S. Guerreiro Ramos: personalismo negro. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006.

possa melhor avaliar a pertinência das objeções” (RAMOS, 1996, p. 29) que ele faz no Prefácio à Segunda Edição. Na edição utilizada, o ensaio de Gorender compõe o Anexo III (1996, p. 203-225). O testemunho de Jacob Gorender a respeito desse “contexto pecebista” das décadas de 1950 e 1960 consta em *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada (GORENDER, 1987).

BARIANI JUNIOR, E. **Guerreiro Ramos e a Redenção Sociológica**: capitalismo e sociologia no Brasil. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 2008a.

BARIANI JUNIOR, E. Niger Sum: Guerreiro Ramos, o “problema” do negro e a sociologia do preconceito. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 193-211, jul./dez. 2008b.

BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F.; ICHIKAWA, E. I. Guerreiro Ramos e a Fenomenologia: redução, mundo e existencialismo. **O&S**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 69-83, jan./mar., 2010.

BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n. 4, de 14 de abril de 1964. Ato n. 4 suspende direitos políticos. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/4/1964, Página 3313 (Publicação Original) - Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-4-14-abril-1964-364800-publicacaooriginal-1-csr.html>> Acesso em: 30 Mar. 2014.

FLORES, E. C. Jacobinismo Negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-1964). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil**. (Vol. 1: A Formação das Tradições, 1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 493-537 p.

GARCIA, R. M. A Via de um Guerreiro... com Sabedoria e Senso de Humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 107-126, jan./mar. 1983.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, L. L. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

PIZZA JUNIOR, W. Guerreiro Ramos, Administração, Ciências Sociais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 201-208, jan./mar. 2010.

RAMOS, A. G. **O Problema Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

RAMOS, A. G. **A Crise de Poder no Brasil**: o problema da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, A. G. **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RAMOS, A. G. O Problema do Negro na Sociologia Brasileira. Transcrito de **Cadernos de Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em SCHWARTZMAN, Simon. (Ed.). **O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"**. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981. 39-69 p.

RAMOS, A. G. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – A REVOLUÇÃO DE 30, Rio de Janeiro, 22 a 25 de setembro de 1980, CPDOC/FGV. Brasília: Editora UnB, 1982. 527-548 p.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. [1981]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAMOS, A. G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira** [1957]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, A. G. Entrevista com Guerreiro Ramos, realizada em 09 de junho de 1981, por Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira. In: OLIVEIRA, L. L. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 131-183 p.

RAMOS, A. G. **A Redução Sociológica**. [1958]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RAMOS, A. G. Modelos de Homem e Teoria Administrativa: ascensão do homem parentético. [1972, 1984]. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, PUC-PR, n. 3, p. 1-16, dez. 2001.

RAMOS, A. G. A sociologia de Max Weber (Sua importância para a teoria e a prática da Administração). [1946]. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 2, p. 267-282, abr./jun. 2006.

RAMOS, A. G. **Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho** [Tese apresentada ao concurso para provimentos em cargos da carreira de Técnico de Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público -1949.1ª. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950]. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.

RAMOS, A. G. Administração e política à luz da sociologia. [1946]. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 99-110, jan./mar. 2012.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Simpósio Guerreiro Ramos**: resgatando uma obra. 18 a 20 de outubro de 1982. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, abr./jun., 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. (Ed.). **O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"**. Brasília: Câmara dos Deputados/Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981.

TENÓRIO, F. G.; PINHO, J. A. G. de. (Orgs.). Edição Especial Guerreiro Ramos. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, jan./mar. 2010.

TENÓRIO, F. G. O Drama de Ser Dois: um sociólogo engravatado. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 29-46, jan./mar. 2010.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB - Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1994.